

Política fiscal: dúvidas e contenção*

Isabel Noemia Rückert**

A crise nos mercados financeiros internacionais, iniciada nos países asiáticos, repercutiu no Brasil — queda nas Bolsas de Valores e pressões no mercado de câmbio —, levando as autoridades monetárias a adotarem diversas medidas de política econômica para enfrentá-la. Uma delas foi a elevação, em 30 de outubro de 1997, do patamar da taxa de juros básica do mercado, cujo objetivo foi conter a saída de capitais externos do País e atrair novos investimentos estrangeiros. Além disso, no dia 10 de novembro, o Governo anunciou um elenco de medidas, principalmente na área fiscal, para reduzir o déficit público e o de transações correntes do balanço de pagamentos.

As decisões tomadas pelo Governo trarão impacto no ritmo da atividade econômica, com redução nas estimativas de crescimento do PIB de 4% para, no máximo, 2% aproximadamente.

Afora isso, o Governo espera contar com a aceleração da votação das reformas constitucionais em tramitação no Congresso Nacional, para reduzir o déficit público.

O presente texto analisa o quadro da política fiscal em 1997, sobretudo as principais medidas adotadas pelo Governo diante das turbulências do mercado internacional: a elevação da taxa de juros e o ajuste fiscal. Examina também a situação das contas públicas em 1997 e as perspectivas para 1998.

* Este texto foi elaborado com informações obtidas até 05.01.98.

** Economista, Técnica da FEE.

A autora agradece aos colegas Carlos Roberto Winckler e Maria Luiza Borsatto a leitura e os comentários a uma versão preliminar deste texto. Agradece, também, o apoio técnico da estagiária Patrícia P. Guimarães.

1 - As principais medidas de ajuste fiscal

Em reação ao agravamento da crise financeira internacional, o BC quase dobrou a taxa básica de juros, com o principal objetivo de atrair os investidores internacionais e, assim, evitar a saída de dólares do País. O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, em 30 de outubro de 1997, elevou a Taxa Básica do Banco Central (TBC) de 1,58% para 3,05% ao mês, bem como a Taxa Básica Bancária (Tban) de 1,76% para 3,23% ao mês.

A alta das taxas de juros modificou a política de juros que vinha sendo adotada, que era de estabilidade, pois, desde abril de 1997, o Governo vinha mantendo-as no mesmo patamar. Esse fato fez com que o pagamento de juros reais (do Governo Federal, dos estados, dos municípios e das empresas estatais) caísse de R\$ 29,3 bilhões até dezembro de 1996 para R\$ 27,4 bilhões até outubro de 1997.

Embora a elevação dos juros se colocasse como uma urgência para impedir o desencadeamento de perda de reservas, sabidamente a medida aumentou o custo da dívida pública e ampliou o desequilíbrio das contas do Governo. As reservas em dólares do BC tiveram uma queda de US\$ 9,9 bilhões entre outubro e novembro de 1997, começando a recuperar-se em dezembro, mas ainda não atingindo os US\$ 61,16 bilhões existentes em setembro de 1997.

O Governo não deve manter por muito tempo as taxas de juros nesse patamar, pois corre o risco de que as medidas fiscais adotadas para aumentar as receitas não compensem o pagamento com os juros reais da dívida. Nesse sentido, já no final de novembro, o Copom decidiu efetuar uma pequena redução na TBC, de 3,05% para 2,90% ao mês, e na Tban, de 3,23% para 3,15% ao mês, para vigorar a partir de dezembro de 1997; ainda nesse mês, anunciou também a queda da TBC de 2,9% para 2,72% ao mês — 38% ao ano — para vigorar no período de 2 a 28 de janeiro de 1998. A TBC é utilizada nos empréstimos de assistência financeira que o BC faz aos bancos, bem como serve de referência para os juros cobrados em outras operações bancárias. A outra taxa utilizada para os empréstimos do BC aos bancos — a Tban — caiu de 3,15% para 3,03% ao mês (43% ao ano).

O ritmo de redução gradual dos juros estará condicionado ao provimento das condições adequadas à preservação da estabilidade do País, entre elas está a implementação do ajuste fiscal e das reformas constitucionais.

Na pauta da convocação extraordinária do Congresso, a partir de 6 de janeiro de 1998, a prioridade será para a votação das reformas administrativa e previdenciária. A reforma previdenciária já foi aprovada pelo Congresso Nacional e pelo Senado, faltando receber a confirmação dos deputados para o texto substitutivo elaborado pelos senadores. No que se refere à reforma administrativa, já aprovada em segundo turno na Câmara, encontra-se atualmente na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado para ser analisada.

Quanto à reforma tributária enviada ao Congresso há mais de dois anos, encontra-se parada na Comissão Especial encarregada de examiná-la. No entanto já existe uma nova idéia de um projeto tributário alternativo, que foi apresentada pelo Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, a qual o Governo pretende enviar para análise no Congresso. O objetivo da proposta é simplificar o sistema tributário no País. Para isso, propõe a extinção do Imposto sobre Produtos Industrializados, do ICMS, do ISS e das contribuições sociais. Para substituí-los, a União pretende criar o Imposto sobre o Valor Agregado (IVA), que ficará na sua competência. Aos estados e ao DF será atribuído o Imposto sobre Vendas a Varejo (IVV), incidente sobre mercadorias; e aos municípios, o IVV sobre serviços. A proposta prevê, ainda, a criação de um imposto seletivo, também de competência dos estados, sobre produtos como combustíveis, telecomunicações, energia, fumo e bebidas.

A crise do mercado financeiro internacional fez com que o Governo adotasse medidas fiscais para evitar o risco de uma futura crise cambial. Nesse sentido, no dia 10 de novembro de 1997, o Governo anunciou uma série de medidas com o objetivo de reduzir o déficit público e o de transações correntes do balanço de pagamentos.

O ajuste fiscal proposto incluiu, além de cortes de despesas, medidas para aumentar a receita. Com todas as medidas adotadas, estima-se um esforço fiscal mínimo da ordem de R\$ 19,7 bilhões, dividido entre o Governo Federal (R\$ 11,8 bilhões), as empresas estatais (R\$ 3,1 bilhões) e os estados e os municípios (R\$ 4,8 bilhões).

Para reduzir o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos, o pacote também incluiu medidas de estímulo às exportações, tais como a permissão para a contratação de operações de Adiantamento de Contratos de Câmbio (ACC) para produtores de insumos para a exportação e o aumento de três pontos percentuais nas alíquotas do Imposto de Importação

de cerca de 9.000 produtos que integram a lista da Tarifa Externa Comum (TEC).

Também com o objetivo de melhorar as contas do Governo Federal, deverão ocorrer cortes de gastos orçamentários, redução de incentivos fiscais, aumento de tarifas públicas e elevação de contribuições e impostos.

O Orçamento Geral da União para 1998 foi aprovado em dezembro de 1997, com um total de despesas de R\$ 438 bilhões, após as emendas parlamentares. A intenção do Governo é compatibilizá-lo com a decisão de cortar, em 1998, 15% dos gastos com custeio e 6% com investimentos. Os cortes a serem efetuados a partir de janeiro de 1998, no montante de R\$ 6,3 bilhões¹, não serão lineares, e as áreas menos atingidas deverão ser: saúde, educação, assistência social e reforma agrária. O Governo não deverá definir os cortes, apenas informará aos Ministérios qual o seu limite de gastos, cabendo aos Ministros decidirem quais programas específicos terão seus recursos reduzidos.

Com o mesmo objetivo, as empresas estatais deverão revisar o seu Programa de Dispendios Gerais; terão de cortar R\$ 3,0 bilhões das despesas programadas para 1998, sendo R\$ 2,1 bilhões em investimentos e R\$ 911 milhões nos gastos de custeio. Além disso, ocorrerá elevação das tarifas das estatais no ano de 1998.

As medidas previstas no pacote envolviam modificações no Imposto de Renda, tais como um adicional de 10% sobre o Imposto de Renda na fonte devido em 1998 e 1999, um limite de 20% para deduções no Imposto de Renda-pessoa física (excluindo saúde, dependentes e pensão alimentícia) e um corte de 50% nos benefícios fiscais concedidos às pessoas jurídicas. Além disso, o pacote propôs aumentos das alíquotas do IPI sobre automóveis (cinco pontos percentuais) e bebidas.

O pacote fiscal sofreu alterações no Congresso, sendo reduzido na sua estimativa inicial. As principais modificações foram a diminuição de 20% no limite de dedução do IR, o corte de cobrança do IPI de bens de capital, a manutenção da alíquota do IR para os contribuintes com rendimentos até R\$ 1,8 mil mensais, a redução nas taxas de embarque de vôos internacionais, a redução do corte dos incentivos fiscais de 50% para 25%. Para compensar a

¹ O corte previsto inicialmente seria de R\$ 4,1 bilhões, incluindo: R\$ 1,8 bilhão dos gastos com atividades federais, R\$ 600 milhões de redução de custeio administrativo, R\$ 500 milhões de redução dos investimentos e, também, R\$ 1,2 bilhão de cortes efetuados nas emendas propostas pelos parlamentares. Os R\$ 2,2 bilhões restantes referem-se à economia que o Executivo tentará efetuar nos gastos com pessoal.

perda de receita com essas mudanças, o Governo anunciou novas alterações tributárias. Nesse sentido, elevou a tributação do IR sobre os investimentos de renda fixa (fundos, CDBs) de 15% para 20%, a partir de janeiro de 1998, e alterou o sistema de cobrança do imposto sobre essas aplicações, que passou a ter recolhimento mensal independente do resgate.

Para o mercado de renda variável (ações, fundos de ações), será mantida a alíquota de 10%, mas alterado o período de recolhimento, que antes ocorria no momento do resgate dos rendimentos das ações. Em 1998, toda vez que ocorrer valorização das ações, será aplicada a alíquota.

Pelo lado das despesas, o pacote prevê redução de R\$ 1,5 bilhão nos gastos com pessoal, decorrente da suspensão de reajustes salariais do funcionalismo público, da demissão de 33 mil servidores não estáveis, da extinção de 70 mil cargos civis efetivamente vagos, da retirada dos aposentados e pensionistas não recadastrados da folha de pagamentos e da redução de 10% no número de cargos comissionados.

Por sua vez, os estados e os municípios serão afetados pela redução dos limites para a utilização das Antecipações de Receitas Orçamentárias (AROs) de R\$ 2,1 bilhões para R\$ 500 milhões e pela extinção de novos financiamentos para ajustes dos bancos estaduais, que somente serão permitidos para os bancos que serão privatizados, liquidados ou transformados em empresas de fomento. Também serão proibidos novos financiamentos pelos bancos federais aos estados que não tenham assinado o contrato de rolagem da dívida com a União até 31.01.98.

2 - A situação das contas públicas em 1997

No período de 12 meses até outubro de 1997, o setor público registrou um déficit operacional consolidado (Governo Federal e Banco Central, estados, municípios e empresas estatais) de 3,14% do PIB contra 4,91% do PIB no mesmo período de 1996. Essa redução do déficit (1,77 pontos percentuais) deveu-se, em parte, à queda dos gastos com juros reais, uma vez que as taxas de juros vinham declinando até abril de 1997. Além disso, o resultado primário consolidado obteve uma melhora, passando de um déficit de 0,86% do PIB em 1996 (nos últimos 12 meses até outubro) para um pequeno superávit de 0,09% do PIB em 1997. Estão incluídos nesse percentual, os déficits do Governo Federal e do Banco Central, de 0,03% do

PIB, dos estados e dos municípios, de 0,09% do PIB, e o superávit das empresas estatais, de 0,21% do PIB. Diante desse resultado, dificilmente o Governo conseguirá cumprir a meta de fechar o ano com um superávit primário de 1,5% do PIB (Tabela 1).

O Governo Federal e o Banco Central apresentaram um déficit operacional de 1,57% do PIB até outubro de 1997. Excluindo o pagamento dos juros reais de 1,54% do PIB, houve um déficit primário de 0,03% do PIB.

Tabela 1

Necessidade de financiamento do setor público
no Brasil — dez./95 e 96 e out./96 e 97

DISCRIMINAÇÃO	(% do PIB)			
	DEZ/95	DEZ/96	OUT/96	OUT/97
Total operacional	4,78	3,87	4,91	3,14
Governo Federal e Bacen	1,63	1,67	2,27	1,57
Governos estaduais e municipais .	2,31	1,88	2,16	1,41
Empresas estatais (1)	0,84	0,32	0,47	0,16
Total primário	-0,35	0,09	0,86	-0,09
Governo Federal e Bacen	-0,57	-0,40	0,10	0,03
Governos estaduais e municipais .	0,17	0,57	0,72	0,09
Empresas estatais (1)	0,05	-0,08	0,04	-0,21
Total de juros reais	5,13	3,78	4,05	3,24
Governo Federal e Bacen	2,20	2,07	2,17	1,54
Governos estaduais e municipais .	2,14	1,31	1,44	1,32
Empresas estatais (1)	0,79	0,40	0,44	0,38

FONTE: NOTA PARA IMPRENSA (1997). Brasília: BACEN, dez.

NOTA: 1. Fluxo dos últimos 12 meses.

2. Reflete a relação dos fluxos com o PIB, ambos valorizados para o último mês do período com base no IGP-DI.

3. O deflator usado foi o IGP-DI centrado (média geométrica das variações do IGP-DI no mês e no mês seguinte).

4. O sinal negativo indica superávit.

(1) Engloba as empresas federais, estaduais e municipais.

Considerando-se as contas do Governo Federal explicitadas pelo Tesouro Nacional, verifica-se que houve um superávit primário de R\$ 6,4 bilhões até novembro de 1997 ante R\$ 4,0 bilhões no mesmo período de 1996 (Tabela 2). Esse desempenho deveu-se ao crescimento real da receita (9,9%) num ritmo superior ao da despesa (8,7%). As receitas de impostos e contribuições apresentaram um aumento de 8,03%, devido, principalmente, ao recolhimento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Excluindo-se a arrecadação dessa contribuição, que atingiu, até novembro, o montante de R\$ 6,2 bilhões, o acréscimo da receita seria de apenas 1,12%. Os principais tributos a cargo da União tiveram pequenos acréscimos em 1997. O Imposto de Renda subiu apenas 0,7%, enquanto o Imposto sobre Produtos Industrializados cresceu 2,2% no período (Tabela 3).

Para garantir suas receitas nos próximos dois anos, o Governo Federal conseguiu a prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) até dezembro de 1999. Em 1997, os recursos do FEF deverão atingir cerca de R\$ 30 bilhões, e a previsão para 1998 é recolher R\$ 34 bilhões. O FEF é formado por 20% da arrecadação federal e proporciona ao Executivo maior flexibilidade, ao reduzir as vinculações de receitas orçamentárias. Além disso, também foi prorrogada até janeiro de 1999 a cobrança da CPMF, cuja expectativa de arrecadação é de R\$ 7 bilhões a R\$ 8 bilhões em 1998.

Pelo lado das despesas, um dos principais gastos foi com pessoal (61%), atingindo o montante de R\$ 38 bilhões até novembro de 1997 e registrando um declínio real de 0,91% em relação ao ano anterior; outro foi com o pagamento de juros reais, com o qual o Tesouro Nacional despendeu R\$ 14,7 bilhões até novembro de 1997.

Quanto à situação fiscal dos estados e dos municípios, houve uma melhora no resultado operacional, passando de um déficit de 2,16% do PIB em outubro de 1996 para 1,41% do PIB no mesmo período de 1997. Essa queda decorreu principalmente, da redução do déficit primário de 0,72% do PIB em 1996 para 0,09% do PIB em 1997, como consequência dos ajustes que vêm sendo realizados pelos estados para reduzirem suas despesas de custeio. Contribuiu, ainda, para essa situação a redução dos seus dispêndios, com juros reais de 1,44% do PIB até outubro de 1996 para 1,32% do PIB no mesmo período de 1997.

Tabela 2

Necessidade de financiamento do Tesouro Nacional — jan.-nov./96 e jan.-nov./97

DISCRIMINAÇÃO	OUT/97 (R\$ mi- lhões)	NOV/97 (R\$ mi- lhões)	JAN- -NOV/96 (R\$ mi- lhões)	JAN- -NOV/97 (R\$ mi- lhões)	Δ% 1997/96	Δ% NOV- -OUT/97
1 - RECEITA TOTAL (1)	9 475	8 867	90 421	99 384	9,91	-6,42
1.1 - Administrada	9 489	8 884	90 383	97 707	8,10	-6,38
1.1.1 - Restituições	-270	-215	-2 637	-2 603	-1,29	-20,37
1.2 - Demais	316	228	3 232	4 911	51,95	-27,85
1.3 - Incentivos fiscais	-60	-30	-557	-632	13,41	0,00
2 - DESPESA TOTAL	8 641	8 350	86 364	92 934	7,61	-3,37
2.1 - Despesas vinculadas ..	2 997	2 720	26 760	29 614	10,66	-9,24
2.1.1 - Transferências consti- tucionais	1 961	2 150	20 480	21 700	5,96	9,64
2.1.2 - Demais transferências ..	1 036	570	6 280	7 913	26,01	-44,98
2.2 - Despesas ordinárias ..	5 644	5 630	59 604	63 321	6,24	-0,25
2.2.1 - Pessoal e encargos	3 181	2 952	39 123	38 767	-0,91	-7,20
2.2.2 - Outros custeios e in- vestimentos	2 341	2 564	16 479	21 651	31,39	9,53
2.2.3 - Operações oficiais de crédito	105	95	1 525	1 294	-15,15	-9,52
2.2.4 - Restos a pagar	17	19	2 477	1 608	-35,09	11,76
3 - RESULTADO PRIMÁRIO (1 - 2)	834	517	4 057	6 449	58,97	-38,01
4 - JUROS REAIS (competên- cia)	1 485	1 626	11 766	14 726	25,16	9,49
5 - RESULTADO OPERACIO- NAL (3 - 4)	-651	-1 109	-7 709	-8 277	7,37	70,35
6 - CORREÇÃO MONETÁRIA	1 011	886	9 057	9 147	0,99	-12,36
7 - RESULTADO NOMINAL ..	-1 662	-1 995	-16 766	-17 420	3,90	20,04

FONTE: Tesouro Nacional.

NOTA: Os valores estão a preços de nov./97 e foram inflacionados pelo IGP-DI.

(1) Receita líquida de restituições.

Tabela 3

Arrecadação das receitas federais — jan.-nov./96 e jan.-nov./97

DISCRIMINAÇÃO	JAN-NOV/96 (R\$ milhões)	JAN-NOV/97 (R\$ milhões)	Δ% 1997/96	COMPO- SIÇÃO % 1997
Imposto de Renda	32 291	32 515	0,69	31,66
Pessoa física	2 628	2 774	5,52	2,70
Pessoa jurídica	12 099	11 390	-5,86	11,09
Retido na fonte	17 564	18 351	4,48	17,87
Imposto sobre Produtos Industrializados	15 366	15 713	2,25	15,30
Fumo	2 875	2 649	-7,84	2,58
Bebidas	1 755	1 819	3,60	1,77
Automóveis	981	1 084	10,49	1,05
Outros	9 755	10 161	4,15	9,89
Imposto sobre Operações Financeiras	2 853	3 561	24,83	3,47
Imposto sobre Importações	4 204	4 743	12,81	4,62
Imposto sobre Exportações	2	3	42,15	0,00
Imposto sobre Propriedade Rural	189	106	-44,12	0,10
CPMF	0	6 334	-	6,17
COFINS	17 969	17 817	-0,84	17,35
PIS/PASEP	7 496	6 971	-7,00	6,79
Contribuição social sobre o lucro líquido	6 721	6 872	2,23	6,69
Outras contribuições	2 974	2 780	-6,54	2,71
Outras receitas administradas	325	238	-26,79	0,23
Receita administrada pela SRF	90 390	97 653	8,03	95,07
Demais Receitas	3 317	5 063	52,62	4,93
TOTAL GERAL RECEITAS ...	93 707	102 716	9,61	100,00

FONTE: Ministério da Fazenda.

NOTA: Os acumulados de janeiro a novembro de 1996 e de 1997 foram inflacionados pelo deflator IGP-DI da FGV, a preços de nov./97.

O resultado operacional das empresas estatais também registrou uma pequena melhora, diminuindo o seu déficit de 0,47% do PIB em 1996 para 0,17% do PIB em 1997 (até outubro). Tal fato deveu-se, basicamente, ao reajuste das tarifas públicas acima das taxas de inflação no primeiro semestre de 1997. Essas empresas apresentaram um superávit primário de 0,21% do PIB. Esse percentual está abaixo da expectativa, que era atingir um superávit primário de 0,7% do PIB em 1997.

O financiamento do déficit público pode ser evidenciado através da análise do endividamento global do setor público (que inclui Governo Federal, Bacen, estados, municípios e empresas estatais), deduzindo os créditos e as reservas. Essa dívida líquida total atingiu R\$ 292,4 bilhões até outubro (34,4% do PIB), mantendo-se no mesmo patamar do ano anterior (34% do PIB). Desse total, a dívida líquida interna representa a maior parcela — 86,9%. Para o Governo Federal e o Bacen, a principal dívida é a mobiliária em poder do mercado. Esta subiu de R\$ 172,9 bilhões em 1996 (a preços de outubro de 1997) para R\$ 207,4 bilhões até outubro de 1997. Esse aumento derivou do financiamento do déficit público e, também, da entrada de recursos externos, que são esterilizados com o lançamento de títulos públicos.

Com a crise nos países asiáticos, o Banco Central passou a ofertar com mais intensidade títulos públicos com correção cambial, os quais já representam em torno de 17% do total dos títulos do Tesouro, protegendo o investidor contra as desvalorizações do real. Além disso, ao vender títulos corrigidos pela taxa de câmbio, o BC sinaliza que não pretende promover alterações cambiais significativas, caso contrário elevaria ainda mais a sua dívida.

Além disso, o Governo, com a crise do mercado financeiro internacional, reduziu o prazo de seus papéis. Antes, conseguia colocar seus títulos com até dois anos de prazo, mas, em novembro de 1997, o prazo médio foi de 7,7 meses.

O Governo Federal vem também utilizando recursos das privatizações para abater a dívida interna e as receitas das concessões para gastos correntes. Esses recursos ajudaram a melhorar o resultado fiscal, mas são receitas temporárias. Em 1997, os recursos obtidos com as privatizações atingiram US\$ 22,5 bilhões. A estimativa do Conselho Nacional de Desestatização (CND) é a de que a venda de ações de empresas estatais federais gere uma arrecadação entre US\$ 53 bilhões e US\$ 54 bilhões nos próximos dois anos. Para obter mais recursos, o Governo Federal pretende

ampliar o programa de privatização incluindo outras áreas, como a venda de imóveis da União, a concessão de estradas federais e a privatização de empresas de saneamento.

Tabela 4

Dívida líquida total, interna e externa do setor público, em reais
e em percentual do PIB — 1995, 1996 e 1997

DISCRIMINAÇÃO	1995 (1)		1996 (1)		1997 (1) (2)	
	Valor (R\$ milhões)	% do PIB	Valor (R\$ milhões)	% do PIB	Valor (R\$ milhões)	% do PIB
DÍVIDA INTERNA	170 311	24,5	237 600	30,4	251 186	29,6
Governo Federal e Bacen	66 731	9,6	115 736	14,8	128 733	15,1
Dívida mobiliária fora do Bacen	106 666	15,3	172 907	22,1	207 411	24,4
Outras dívidas	-39 935	-5,7	-57 171	-7,3	-78 678	-9,3
Governos estaduais e mu- nicipais	70 227	10,1	90 332	11,6	104 142	12,3
Dívida mobiliária fora do Ba- cen	37 559	5,4	49 906	6,4	56 868	6,7
Dívida mobiliária no Bacen	32 375	4,7	40 157	5,1	46 722	5,5
Outras dívidas	293	0,0	269	0,0	552	0,1
Empresas estatais	33 353	4,8	31 532	4,0	18 311	2,2
DÍVIDA EXTERNA	38 132	5,5	31 593	4,0	41 269	4,9
Governo Federal e Bacen	23 713	3,4	12 677	1,6	20 777	2,4
Governos estaduais e municipais	2 266	0,3	3 006	0,4	4 115	0,5
Empresas estatais	12 153	1,7	15 910	2,0	16 376	1,9
Dívida total	208 443	29,9	269 193	34,4	292 454	34,4
Governo Federal e Bacen ..	90 444	13,0	128 413	16,4	149 510	17,6
Governos estaduais e muni- cipais	72 492	10,4	93 338	11,9	108 257	12,7
Empresas estatais	45 507	6,5	47 442	6,1	34 688	4,1

FONTE: NOTA PARA IMPRENSA (1997). Brasília: BACEN, dez.

NOTA: Os saldos foram inflacionados pelo deflator IGP-DI centrado (média geométrica das variações do IGP-DI no mês e no mês seguinte).

(1) Dados preliminares. (2) Para 1997, os fluxos são de janeiro a outubro.

3 - Conclusões

O resultado das contas públicas em 1997 não atingiu as metas esperadas. Apesar do aumento das receitas, as despesas cresceram mais acentuadamente. Pelo lado das receitas, o Governo Federal contou com a CPMF, que se constitui numa importante fonte de recursos e foi prorrogada até 1999. Além disso, o Governo utilizou os recursos das privatizações para abater a dívida pública, os quais, no entanto, são temporários.

Para 1998, o Governo conta com o pacote fiscal para melhorar as suas contas. Todavia o ajuste fiscal trará reflexos principalmente no resultado primário, pois foi centrado no corte das despesas de custeio e dos investimentos do Governo e das empresas estatais e no aumento das receitas para 1998. Com os resultados do ajuste fiscal, a estimativa é atingir-se um superávit primário do setor público consolidado (Governo Federal e Banco Central, estados, municípios e empresas estatais) de mais de 2% do PIB, o que significa um aumento expressivo em relação ao resultado alcançado em 1997. No entanto o resultado operacional para 1998, que inclui os juros reais, não está definido, uma vez que depende do comportamento das taxas de juros.

Além disso, o esforço fiscal decorrente das medidas adotadas poderá ser parcialmente neutralizado pelo pagamento dos juros da dívida pública e pela queda da arrecadação tributária em vista da desaceleração da atividade econômica.

A situação do mercado financeiro internacional deverá influenciar o ritmo da redução das taxas de juros. Contudo, para o Governo, o ajuste fiscal e o avanço nas reformas constitucionais é que criarão as condições necessárias para a redução das taxas de juros.

Quanto às reformas constitucionais, mesmo sendo aprovadas em 1998, só trarão repercussões no longo prazo. A aprovação em si não significa imediata aplicabilidade.

Bibliografia

- CARTA DE CONJUNTURA IPEA (1997). Rio de Janeiro : IPEA, n.77, dez..
CONJUNTURA ECONÔMICA (1997). Rio de Janeiro : FGV, v. 51, n.12, dez.

INFORMAÇÕES FIPE (1997). São Paulo : FIPE, n.206, nov.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Banco Central do Brasil. **Nota para a imprensa:** 19 de novembro de 1997. [online] Disponível na Internet via WWW.URL: <http://www.bcb.gov.br/notecon2.htm>. Arquivo capturado em 22 de dezembro de 1997.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Secretaria da Receita Federal. **Análise da arrecadação das Receitas Federais:** novembro de 1997. [online] Disponível na Internet via WWW.URL: <http://www.receita.fazenda.gov.br/>. Arquivo capturado em 15 de dezembro de 1997.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Secretaria do Tesouro Nacional. **Resultado Fiscal do Tesouro Nacional** [online] Disponível na Internet via WWW.URL: <http://www.fazenda.gov.br/tesouro/stn.html>. Arquivo capturado em 23 de dezembro de 1997.

NOTA PARA IMPRENSA (1997). Brasília: BACEN, dez.